

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA,
DEFESA E CIDADANIA (SESDEC)

SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA (POLITEC)

PERITO CRIMINAL – ÁREAS 1 A 15

Prova Discursiva – Questões 1 e 2

Aplicação: 10/7/2022

PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 1

O perito é o responsável pela realização da perícia oficial, a ser realizada nos casos de crimes que deixam vestígios, podendo atuar na fase investigativa ou ser nomeado judicialmente, enquanto o assistente técnico é o indivíduo que atua a cargo das partes e em seu benefício no curso do processo. Para a elaboração do laudo pericial, o exame de corpo de delito deverá ser realizado pelo perito oficial, que deve possuir diploma de curso superior. Na falta de perito oficial, a perícia deverá ser realizada por duas pessoas idôneas, portadoras de diploma de curso superior, preferencialmente na área específica. Já o assistente técnico atua apenas após sua admissão pelo juiz, após a conclusão da perícia oficial, se for indicado pelas partes e admitido pelo juiz. Cumpre ressaltar que, quando se tratar de perícia complexa, poderão ser designados tanto mais de um perito oficial como mais de um assistente técnico.

QUESITOS AVALIADOS

2.1 Definição da atuação do perito oficial

0 – Não discorreu sobre a atuação do perito oficial.

1 – Mencionou que o perito oficial pode atuar judicialmente, nomeado pelo juiz, mas não mencionou que pode atuar extrajudicialmente (na fase investigativa), e não mencionou a possibilidade de atuação de pessoas idôneas a atuarem na falta de peritos oficiais nos casos de crimes que deixam vestígios.

2 – Mencionou que o perito pode atuar judicialmente, nomeado pelo juiz, mas não mencionou que pode atuar extrajudicialmente (na fase investigativa), e mencionou a possibilidade de atuação de pessoas idôneas a atuarem na falta de peritos oficiais nos casos de crimes que deixam vestígios.

3 – Mencionou que o perito pode atuar judicialmente, nomeado pelo juiz, e extrajudicialmente (na fase investigativa), mas não mencionou a possibilidade de atuação de pessoas idôneas a atuarem na falta de peritos oficiais nos casos de crimes que deixam vestígios.

4 – Mencionou que o perito pode atuar judicialmente, nomeado pelo juiz, e extrajudicialmente (na fase investigativa), e mencionou a possibilidade de atuação de pessoas idôneas a atuarem na falta de peritos oficiais nos casos de crimes que deixam vestígios.

2.2 Definição da atuação do assistente técnico

0 – Não discorreu sobre a atuação do assistente técnico.

1 – Mencionou que o assistente técnico atua apenas na fase judicial, mas não mencionou a parcialidade dessa atuação.

2 – Mencionou que o assistente técnico atua apenas após a sua admissão pelo juiz, após a realização do laudo oficial e mencionou a parcialidade dessa atuação.

2.3 Diferença entre as funções, responsabilidades e forma de nomeação/indicação entre perito oficial e assistente técnico

0 – Não estabeleceu nenhuma distinção.

1 – Mencionou corretamente que o perito é nomeado pelo juiz, mas não mencionou quem indica o assistente técnico, ou vice-versa.

2 – Mencionou corretamente que o perito é nomeado pelo juiz e mencionou que o assistente técnico é indicado pelas partes na ação penal.

QUESTÃO 2

Após a coleta, o vestígio deve ser acondicionado, de forma individualizada, de acordo com suas características físicas, químicas e biológicas, com menção da data, da hora e do nome de quem fez o acondicionamento. Em seguida, deve ser feito o transporte, utilizando-se as condições adequadas, de modo a garantir as características originais e o controle da posse.

Efetuada o transporte, faz-se a transferência formal da posse do vestígio, por meio do recebimento, que deve ser documentado com informações básicas referentes aos dados de quem transportou e recebeu, assim como do próprio produto. Posteriormente, há o processamento, que é o exame pericial em si, devendo ser realizado o laudo pelo perito. Após, armazena-se o vestígio em condições adequadas para fins de contraperícia; por último, há o descarte, que é o procedimento de liberação do vestígio, de acordo com as normas legais.

QUESITOS AVALIADOS

2.1 Acondicionamento e transporte

- 0 – Não mencionou nenhuma das duas etapas ou mencionou etapas completamente diferentes.
- 1 – Descreveu de forma parcialmente correta apenas uma das duas etapas.
- 2 – Descreveu de forma parcialmente correta as duas etapas ou mencionou corretamente uma etapa, não tendo mencionado a outra.
- 3 – Descreveu de forma correta uma etapa, mas mencionou de forma parcialmente correta a outra.
- 4 – Descreveu de forma correta as duas etapas.

2.2 Recebimento e processamento

- 0 – Não mencionou nenhuma das duas etapas ou mencionou etapas completamente diferentes.
- 1 – Descreveu de forma parcialmente correta apenas uma das duas etapas.
- 2 – Descreveu de forma parcialmente correta as duas etapas ou mencionou corretamente uma etapa, não tendo mencionado a outra.
- 3 – Descreveu de forma correta uma etapa, mas mencionou de forma parcialmente correta a outra.
- 4 – Descreveu de forma correta as duas etapas.

2.3 Armazenamento e descarte

- 0 – Não mencionou nenhuma das duas etapas ou mencionou etapas completamente diferentes.
- 1 – Descreveu de forma parcialmente correta apenas uma das duas etapas.
- 2 – Descreveu de forma parcialmente correta as duas etapas ou mencionou corretamente uma etapa, não tendo mencionado a outra.
- 3 – Descreveu de forma correta uma etapa, mas mencionou de forma parcialmente correta a outra.
- 4 – Descreveu de forma correta as duas etapas.

GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA,
DEFESA E CIDADANIA (SESDEC)
SUPERINTENDÊNCIA DE POLÍCIA TÉCNICO-CIENTÍFICA (POLITEC)
PERITO CRIMINAL – ÁREAS 1 A 15
Prova Discursiva – Questões 3 e 4
Aplicação: 10/7/2022

PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 3

Com relação ao aspecto (a), espera-se que o(a) candidato(a) aborde o conceito de local de crime e o de levantamento de local de crime e os distinga por meio de exemplos.

Define-se local de crime como qualquer local onde tenha ocorrido um fato que possa ser caracterizado como um delito, e os locais a ele relacionados. O local de crime pode não se constituir apenas da região onde foi o fato constatado, mas em todo e qualquer local onde existam vestígios relacionados com o evento, capazes de indicar uma premeditação do fato ou uma ação posterior para ocultar provas, que seriam circunstâncias qualificativas do crime em apuração. Carlos Kehdy define Local de Crime como: Toda área onde tenha ocorrido qualquer fato que reclame as providências da polícia. Para o Professor e Perito Eraldo Rabello, local de crime é: “(..) a porção do espaço compreendida num raio que, tendo por origem o ponto no qual é constatado o fato, se estenda de modo a abranger todos os lugares em que, aparente, necessária ou presumivelmente, hajam sido praticados, pelo criminoso, ou criminosos, os atos materiais, preliminares ou posteriores, à consumação do delito, e com este diretamente relacionados”. 7 KEDHY, Carlos. Manual de Locais de Crime, 1963. 8 RABELLO, Eraldo. Curso de criminalística, 1966.

Levantamento de local de crime é o conjunto dos exames que são realizados diretamente no local da constatação do fato. Como sinônimos temos as palavras Exame e Processamento.

É importante lembrar que o exame de local de crime é uma das modalidades de exame de corpo de delito. Num sentido amplo, exame de corpo de delito é o estudo do conjunto dos elementos materiais sensíveis do fato delituoso, de todos os vestígios, desde o exame de local de crime, a necropsia, até o exame de uma fibra de tecido ou um fio de cabelo, com o objetivo de constatar, definir, interpretar e registrar todas as circunstâncias, todos os atores envolvidos (vítima, autor e possíveis testemunhas), enfim todas as particularidades do delito.

Com relação ao aspecto (b), espera-se que o(a) candidato(a) aborde conceito e a importância do isolamento e da preservação do local de crime para a perícia, mencionando a situação hipotética apresentada.

A questão do isolamento e preservação do local de crime constitui-se no maior problema enfrentado pela perícia.

O isolamento da cena do crime deve ser realizado de forma efetiva para que o menor número de pessoas tenha acesso ao local, evitando-se que evidências sejam modificadas de suas posições e mesmo destruídas até antes de seu reconhecimento. Ao deparar-se com locais adulterados, ou parcialmente adulterados, o perito deixa de registrar e coletar importantes evidências e, consequentemente, deixa de oferecer importantes conclusões em seus laudos, afastando-se desse modo de seu objetivo, a busca da verdade dos fatos. Esse procedimento está previsto no Código de Processo Penal. É responsabilidade da autoridade policial cuidar para que não se altere o estado das coisas, conforme previsto na legislação. Até que os peritos iniciem seu trabalho, o local de crime deve estar completamente isolado.

A ação dos agentes do Estado, representados por corporações policiais, militares ou não, em completo descompasso com uma atuação executada mediante as recomendações exigidas para uma preservação adequada da cena de crime, em alguns casos, suprime evidências, chegando mesmo a desfazer intencionalmente todo o local. O próprio “socorro” a vítimas que comprovadamente já experimentaram o óbito, visa em geral, tornar o exame do local inexistente no âmbito das provas, dificultando assim o entendimento dos fatos em questão e lançando verdadeira cortina de fumaça diante da verdade.

QUESITOS AVALIADOS

2 Desenvolvimento do tema

2.1 Conceito e distinção de local de crime e levantamento de local de crime

0 – Não conceituou nem distinguiu local de crime e levantamento de local de crime ou o fez de forma totalmente equivocada.

1 – Conceituou apenas local de crime ou apenas levantamento de local de crime e não os distinguiu.

2 – Conceituou local de crime e levantamento de local de crime, mas não os distinguiu ou o fez de forma equivocada.

3 – Conceituou local de crime e levantamento de local de crime e os distinguiu adequadamente.

2.2 Conceito e importância do isolamento e da preservação do local de crime para a perícia

0 – Não conceituou nem mencionou a importância do isolamento e da preservação do local de crime para a perícia ou o fez de forma totalmente equivocada.

1 – Apenas conceituou adequadamente isolamento ou preservação do local de crime, não tendo mencionado sua importância para a perícia nem feito menção à situação hipotética apresentada.

2 – Conceituou adequadamente isolamento e preservação do local de crime, mas não mencionou sua importância para a perícia nem fez menção à situação hipotética apresentada.

3 – Conceituou adequadamente isolamento e preservação do local de crime, mencionou sua importância para a perícia, mas não fez menção à situação hipotética apresentada.

4 – Conceituou adequadamente isolamento e preservação do local de crime, mencionou sua importância para a perícia e fez menção à situação hipotética apresentada.

QUESTÃO 4

A abordagem dada ao tema pode variar, mas o(a) candidato(a) deve demonstrar conhecer o conceito de morte violenta e sua relação com as possíveis causas jurídicas de morte (homicídio, suicídio e acidentes), a identificação dos fenômenos biológicos relacionados à morte e a importância desses conhecimentos para a elucidação do diagnóstico da morte e tempo de morte (cronotanatognose).

Com relação ao aspecto (a), espera-se que o(a) candidato(a) aborde o conceito de morte violenta e sua relação com as possíveis causas jurídicas de morte (homicídio, suicídio e acidentes). Conceitua-se morte, conforme os padrões tradicionais, como a cessação dos fenômenos vitais, pela parada das funções cerebral, respiratória e circulatória. No entanto, essas funções não cessam todas de uma vez, resultando daí uma certa dificuldade para se determinar com precisão o exato momento da morte. Não há um sinal de certeza até surgirem os fenômenos transformativos no cadáver, porque, na realidade, a morte não é um momento ou um instante, mas um processo gradativo que não se sabe quando se inicia ou quando termina. Quanto mais distante for admitida a morte, é claro, mais fácil é o seu diagnóstico. Para se constatar a certeza da morte, é necessária a observação cuidadosa dos fenômenos que surgem no corpo humano a partir do momento da morte, representados por mudanças física, química ou estrutural, de origem natural ou artificial. Espera-se, ainda, que o(a) candidato(a) demonstre conhecimento sobre causas jurídicas de morte (homicídio, suicídio e acidentes) relacionando-as à morte violenta.

Com relação ao aspecto (b), espera-se que o candidato identifique os fenômenos abióticos no corpo mencionado na situação hipotética, divididos em imediatos (devidos à cessação das funções vitais) e consecutivos (devidos à instalação dos fenômenos cadavéricos, de ordem química, física e estrutural). São elementos que caracterizam os fenômenos abióticos imediatos: perda da consciência, perda da sensibilidade, abolição da motilidade e do tônus muscular, cessação da respiração, cessação da circulação e cessação de atividade cerebral. São fenômenos abióticos consecutivos: desidratação cadavérica, esfriamento cadavérico (*algor mortis*), manchas de hipóstase cutâneas (*livor mortis*), rigidez cadavérica e espasmo cadavérico. O candidato deve correlacionar esses fenômenos, mencionando a importância desse conhecimento para a investigação criminal e cronotanatognose.

QUESITOS AVALIADOS

2 Desenvolvimento do tema

2.1 Conceito de morte violenta e sua relação com as possíveis causas jurídicas da morte

0 – Não conceituou morte violenta nem estabeleceu relação com as possíveis causas jurídicas da morte ou o fez de forma totalmente equivocada.

1 – Conceituou adequadamente morte violenta, mas não estabeleceu nenhuma relação com as possíveis causas jurídicas da morte.

2 – Conceituou adequadamente morte violenta e estabeleceu relação apenas com uma possível causa jurídica da morte (homicídio ou suicídio ou acidentes).

3 – Conceituou adequadamente morte violenta e estabeleceu relação com duas possíveis causas jurídicas da morte.

4 – Conceituou adequadamente morte violenta e estabeleceu relação com as três possíveis causas jurídicas da morte.

2.2 Identificação dos fenômenos abióticos no corpo encontrado e sua importância para a investigação criminal e a cronotanatognose

0 – Não identificou nenhum fenômeno abiótico no corpo encontrado nem mencionou sua importância para a investigação criminal nem para a cronotanatognose ou o fez de forma totalmente equivocada.

1 – Apenas identificou o fenômeno abiótico no corpo encontrado, mas não mencionou sua importância para a investigação criminal nem para a cronotanatognose.

2 – Identificou o fenômeno abiótico no corpo encontrado e mencionou sua importância apenas para a investigação criminal ou apenas para a cronotanatognose.

3 – Identificou o fenômeno abiótico no corpo encontrado e mencionou sua importância para a investigação criminal e para a cronotanatognose, mas cometeu algum erro conceitual.

4 – Identificou corretamente o fenômeno abiótico no corpo encontrado e mencionou de forma adequada sua importância para a investigação criminal e para a cronotanatognose.